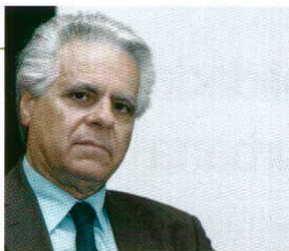


O que mudou nas cidades nestes últimos
O que deverá mudar nos próximos



Eduardo Ramalho

Foi presidente da CCDR-LVT durante mais de 11 anos, cargo que deixou em Julho de 2009 para assumir a candidatura à presidência da Câmara Municipal de Palmela, onde é hoje vereador. Deu a sua primeira entrevista ao jornal *Arquitecturas* na edição n.º 6, de Novembro de 2005.

► António Fonseca Ferreira

Nos últimos cinco anos acentuaram-se duas tendências na evolução das cidades: requalificação do espaço público e precarização social. Para a requalificação do espaço público tem contribuído, em particular, o Programa Polis através de intervenções nas áreas centrais e ribeirinhas das cidades. Criado em 2000, o Polis foi, então, apresentado como uma ambiciosa política de qualificação ambiental e urbanística das cidades portuguesas. O Polis inspirou-se na EXPO98 e deu sequência ao PROSIURB, Programa de Consolidação do Sistema Urbano. Apesar de algumas limitações, estes programas deixaram “marcas” positivas no terreno, de que são exemplos as cidades de Bragança, Matosinhos, Beja, Coimbra, Cacém e Tomar. E tive-

ram um “efeito de contágio”: numerosas operações de requalificação e revitalização dos centros urbanos foram realizadas no âmbito do QCAIII; outras, estão em curso através da “Política de Cidades” inscrita no QREN.

Nos próximos anos é desejável – e possível – aprofundar as políticas de cidades, no quadro das orientações da estratégia comunitária “Europa 2020”, no sentido de tornar as nossas cidades mais verdes (qualificação ambiental e energética), mais inteligentes (conhecimento e tecnologia) e mais inclusivas (coesão social). As políticas de cidades a adoptar nos próximos anos, para além de aprofundarem os aspectos positivos das políticas prosseguidas desde 2000, terão de combinar ambiciosos progra-

mas de sustentabilidade energética (racionalização e alternativas) e de requalificação social. Impõe-se um programa dotado de adequadas estratégias e recursos para a requalificação das áreas suburbanas (e algumas centrais) onde se concentram a pobreza, e as precariedades sócio-urbanísticas. Programas com uma componente de qualificação física – equipamentos e espaço público –, mas fundamentalmente focados na escolarização, cultura, empreendedorismo e desporto.

As cidades são, cada vez mais, o espaço das nossas vidas. A sua qualificação – espaço público, competitividade, sustentabilidade ambiental e coesão social – são requisitos essenciais para a melhoria da nossa qualidade de vida.



Eduardo Ramalho

Arquitecto paisagista, chefe de divisão de estudos e projectos da Direcção Municipal de Ambiente Urbano da Câmara Municipal de Lisboa, João Castro estreou a secção *Perfil do jornal Arquitecturas*, há precisamente cinco anos. Foi depois júri do Prémio *UrbaVerde/Mibeiras Jovem Arquitecto Paisagista*, organizado também pelo jornal *Arquitecturas*.

► João Castro

Antes de mais, os meus sinceros parabéns a toda a equipa do *Arquitecturas*. Felicito-os, sobretudo, pela conquista de um espaço de opinião em que todas as áreas da intervenção do território se cruzam, intencionalmente focado em distintos pontos de vista, nomeadamente no técnico, no projectista, no autor, mas também no mentor, no decisor e no político. É um espaço de cidadania, um ponto de encontro dos que se preocupam com a qualidade, o belo e o sustentável, uma consulta obrigatória e actual... Neste sentido, retrospectivo, estou convicto que as nossas cidades melhoraram. Possuem mais e melhor espaço público, mais espaços verdes de proximidade, com melhor desenho, mais sustentáveis, equipamento mais seguro e confortável, maior mobilidade e melhor acessibilidade. Tal se deve, em parte, à crescente participação

do cidadão na gestão pública, mas também à melhoria do *know-how* dos políticos, dos gestores e toda a classe técnica envolvida neste processo. Registo com um agrado pessoal o contributo crescente que a arquitectura paisagista tem dado na qualificação do espaço público urbano. Estamos no bom caminho...

Quanto ao futuro, preocupa-me sobretudo, o “campo”, contraponto essencial do que é urbano, o seu “destarar” crescente, num irresponsável e inconsequente suporte às actividades ditas urbanas. É urgente e premente preservar o solo agrícola. O ordenamento do território, global, indissociável, pluri-funcional, deve constituir o nosso principal objectivo. É necessário planejar a cidade em articulação com a paisagem rural, impor-lhe limites, quer à sua expansão física, quer ao surgir de um tecido, difícil de caracte-

terizar, que cresce ao longo de toda a costa.

Para tal, na minha opinião, é necessário retirar aos municípios algumas competências de planeamento, impedir que usem os PDMS como peça da sua estratégia para “competir” pelos cidadãos ou como fonte de auto-financiamento. O nosso pequeno país, se construirmos tudo o que está previsto, está projectado para mais de 40 milhões. Este desequilíbrio, a fácil construção, impede que o mercado da reabilitação resuscite, minando irremediavelmente os cascos centrais das cidades.

É primordial fomentar, munir e exigir o funcionamento inteligente e decisivo das Áreas Metropolitanas, que o planeamento das infraestruturas e sistemas urbanos sejam uma prioridade. É na preservação do território não urbano que está o futuro da cidade...



D.R.

Foi com Teresa Craveiro que o jornal inaugurou a secção *Entrevista*. Nesta edição, a directora do Departamento de Planeamento Estratégico da autarquia lisboeta assina a Opinião.

► Maria Teresa Craveiro

Nas cidades portuguesas, mudou-se para melhor a consciência ambiental mesmo quicá pela imposição exógena das diversas directivas da União Europeia tendente à redução dos consumos de energia, da poluição e do ruído, o que está a levar a mudanças no ordenamento do território e ao desenvolvimento da eco-construção em Portugal.

Simultaneamente, nas cidades portuguesas com centros históricos ou malhas consolidadas, a “consciência patrimonial” crescente e o contexto da crise económica está a ser favorável à consolidação do desenvolvimento de políticas

de acções de reabilitação urbana e estamos certos à aplicação, com monitorização na prática, do Regime Jurídico da Reabilitação (DL n.º 307/2009), em detrimento da expansão e renovação urbana ilimitada. Ou seja, a “sustentabilidade” tem vindo a incorporar-se nas políticas urbanas. Nos próximos cinco anos urge retomar a atitude de planeamento estratégico que atenda à coesão social dos territórios. Deverão as escolas que ensinam urbanismo, em Portugal, desenvolver e aprofundar o perfil do urbanista. Mais urgente, exige-se uma mudança do paradigma da governação, construindo o princípio

da subsidiariedade entre as instituições como as CCDRs, DGOTDU, Áreas Metropolitanas e municípios para evitar o desperdício de acções contraditórias no território e fomentar com carácter urgente a constituição do cenário de desenvolvimento do país, potenciando o seu “papel chameira” no mundo.

Para a Área Metropolitana de Lisboa, em particular, ultrapassar a fragmentação de acções e desenvolver soluções conjuntas para “resoluções”: construção da Estrutura Ecológica, Habitação e Fogos Devolutos, AUGI, Transportes, Promoção Económica e Coesão Social.

“Ao serviço das cidades”. Foi desta forma que João Pedro Costa, director do jornal *Arquitecturas* terminou, em jeito de compromisso, o seu primeiro “Editorial”, faz este mês precisamente cinco anos. Em data de celebração, o jornal *Arquitecturas* quis dar voz aos profissionais que têm vindo a contribuir para a execução deste projecto, pedindo-lhes mais uma vez um olhar sobre o passado e uma perspectiva sobre o futuro dos territórios urbanos. “O que mudou nas cidades nestes últimos cinco anos?” e “O que deverá mudar nos próximos cinco?” foram as duas questões lançadas para a mesa de debate. Quanto ao jornal *Arquitecturas*, fica aqui uma promessa de mudança já para os próximos meses: um novo portal, novos cursos e conferências. “Ao serviço das cidades”.



Eduardo Ramalho

› Livia Tirone

O número de cidades que assumem politicamente a responsabilidade pela gestão da dimensão do desempenho energético-ambiental cresce continuamente. Nos últimos cinco anos, as cidades passaram a poder quantificar o seu desempenho energético-ambiental – consolidou-se a prática de desenvolverem as matrizes energéticas, da água e em alguns casos também as matrizes dos materiais, ferramentas que colocam à disposição dos políticos aquela informação quantificada sobre os fluxos gerados pela cidade que lhes permite uma melhor gestão de recursos. Algumas cidades também desenvolveram estratégias energético-ambientais com metas de desempenho e planos

que definem a trajectória para atingir essas metas. Os cidadãos também estão a tornar-se mais exigentes em relação à qualidade do ar e ao ruído na cidade, em relação aos resíduos e à higiene urbana – em suma, já não aceitam permanecer ignorantes nem tão pouco ignorados. Assim também a participação dos cidadãos nas decisões que lhes dizem respeito (a governância) está em crescimento permanente – e não apenas em situações de conflito.

Uma prioridade que se fará certamente sentir nos próximos cinco anos é a eficiência na utilização dos recursos – aproveitando o clima para atingirmos no meio edificado condições de conforto, aproveitando a água da

chuva, as águas cinzentas, materiais que hoje consideramos resíduos... As cidades em Portugal irão desenvolver rumo à descentralização do aproveitamento e transformação de recursos renováveis – os edifícios vão ser munidos de sistemas para aproveitamento e transformação da energia solar (térmica e fotovoltaica), para aproveitamento da água da chuva e de águas cinzentas, terão pontos de carregamento para veículos eléctricos, os quais, por sua vez, irão armazenar a electricidade produzida por via das fontes renováveis que não é instantaneamente aproveitada... E, com estes pressupostos em prática, as cidades serão mais prósperas, mais confortáveis e muito mais atractivas.

*Arquitecta, pioneira em construção sustentável em Portugal, foi administradora delegada da Agência Municipal de Energia e Ambiente de Lisboa, que deixou no final de 2009. É hoje vereadora da Câmara Municipal de Lisboa. Desde Janeiro de 2009, Livia Tirone assina uma coluna de Opinião no jornal *Arquitecturas*.*



Eduardo Ramalho

► João Ferrão

O que deverá mudar nas cidades portuguesas – 7 Prioridades:

1. Apostar num modelo de contenção de expansão urbana, valorizando a reabilitação e revitalização de centros históricos e áreas periféricas precocemente degradadas;
2. Reforçar a capacidade de o município programar o uso do solo, reduzindo a produção de espaço urbano através de operações de loteamento e tornando mais eficiente a concretização de unidades de execução de UOPG e Planos;
3. Apostar, em colaboração com os agentes adequados, na produção e qualificação das externalidades urbanas favoráveis ao crescimento e à criação de emprego, sobretudo em actividades exigentes em criatividade e inovação;
4. Desenvolver estratégias urbanas em domínios “novos” decisivos para a sustentabilidade do bem-estar das populações

Geógrafo e investigador do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, onde dá aulas de Políticas Urbanas, foi sob a sua liderança da Secretaria de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, entre 2005 e 2009, que o jornal *Arquitecturas* cresceu. A nível editorial, a primeira colaboração data de Julho de 2005, na edição n.º 2; em entrevista, falou então das prioridades para o seu mandato. Desde então, e anualmente, João Ferrão marcou também presença na Grande Conferência do jornal *Arquitecturas*.

e da qualidade de vida urbana:

- i) Alterações climáticas: medidas de mitigação e adaptação que contribuam para concepções de ordenamento do território e estilos de vida “pós-carbono”;
 - ii) Envelhecimento: medidas que, em paralelo com acções de rejuvenescimento das cidades, criem, numa óptica sistémica, espaços públicos, equipamentos e soluções de mobilidade “amigos” dos idosos;
 - iii) Alimentação: medidas que contribuam, de forma articulada, para a segurança alimentar das comunidades (por exemplo, alimentação saudável em escolas, hospitais e outros refeitórios públicos), o acesso fácil a produtos biológicos (mercados de rua), a preservação de solo agrícola e o desenvolvimento de práticas agrícolas sustentáveis.
5. Desenvolver estratégias, instrumentos e soluções institucionais que favoreçam uma maior integração ecológica, econó-

mica e funcional entre as cidades e as áreas envolventes (parcerias urbano-rural), em domínios tão distintos como a gestão pró-activa e integrada de ecossistemas, de soluções de mobilidade assentes em transporte público e de equipamentos com distintos graus de especialização funcionando em rede;

6. Apostar numa governação para o cidadão, baseada em formas de *e-governement* visando o fácil acesso à informação existente, a transparência dos processos de decisão e o escrutínio da relação recursos mobilizados/resultados e efeitos alcançados, e ainda em metodologias activas de mobilização e deliberação (planeamento estratégico, agenda 21 local, orçamento participativo, etc.);

7. Rever a lógica de financiamento do desenvolvimento urbano, mobilizando instrumentos económicos e fiscais mais autónomos das dinâmicas imobiliárias.



Eduardo Ramalho

► Carlos Matias Ramos

Bastonário da Ordem dos Engenheiros para o triénio 2010-2013, Carlos Matias Ramos é engenheiro civil, especialista em hidráulica, e foi ele o responsável pela condução dos trabalhos do Laboratório Nacional de Engenharia Civil desde 2005 até 2010. Foi o entrevistado da última edição do jornal *Arquitecturas*.

As cidades pouco mudam em cada cinco anos. Entre os principais problemas da cidade actual temos a relativa decadência física e social dos seus centros e periferias e o trânsito caótico que as afecta, condições que prejudicam o seu potencial como pólos culturais e económicos. Quanto às cidades dos países em desenvolvimento, os seus problemas críticos de informalidade e de falta de infra-estruturas exigem apoios específicos à habitação popular e o estabelecimento de espaços públicos agradáveis e seguros. Nos próximos anos os centros históricos e as periferias das nossas cidades devem caracterizar-se por: avanços estratégicos em ter-

mos de reabilitação e de gestão urbana; vitalização habitacional por diversos grupos sociais; incentivo ao uso da cidade a pé e em transportes públicos eficazes; desenvolvimento do verde urbano. Globalmente deverão ser analisadas as acções de regeneração urbana já concretizadas, tendo em vista a sua possível melhoria e replicação, com o objectivo de aprofundar a caracterização específica de cada identidade urbana e de potenciar essa identidade no seu tecido económico e no seu papel como destino cultural e turístico. Todos estes aspectos deverão ser considerados numa lógica de garantia do equilíbrio ambiental e funcional das actuais e futuras megacidades.



Eduardo Ramalho

► Leonel Fadigas

Arquitecto paisagista e urbanista, Leonel Fadigas é professor da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, onde coordena o mestrado em Regeneração Urbana e Ambiental. Além de orador e moderador em várias edições da Grande Conferência do jornal *Arquitecturas*, foi também já colunista na secção *Opinião*.

As cidades estão mais qualificadas, o espaço público começou a ser tratado não apenas como um factor de embelezamento mas também como um factor distintivo capaz de reforçar a identidade urbana e a coesão social. A apropriação progressiva dos espaços públicos pela população vem representando um valor acrescentado que estimula o desenvolvimento urbano. Um olhar atento sobre a realidade das nossas pequenas e médias cidades mostra como o seu desenvolvido urbano está em grande parte associado a esta qualificação; ao que se lhe acrescenta uma dotação significativa de equipamentos sociais e culturais cujos efeitos também

não podem deixar de ser referidos. Como primeira prioridade, o grande desafio para melhorar a vida nas cidades passa pela concentração de esforços e de investimentos na reabilitação urbana, pelo que ela pode desempenhar na melhoria das condições de vida das populações residentes nas áreas centrais e pelo impacte que pode ter na criação/manutenção de emprego na construção civil. Substituir as políticas de apoio à construção de habitação nova e de criação de novas áreas residenciais por políticas de estímulo ao arrendamento e à reabilitação urbana é o grande desígnio para os próximos anos.



Eduardo Ramalho

► João Teixeira

O que mudou nas cidades portuguesas nos últimos cinco anos? Infelizmente muito pouco. A grande alteração diz respeito à crise no mercado imobiliário. Uma crise com componentes internacionais e com uma parte exclusivamente nacional. Mas com consequências enormes para a administração das cidades. Principal consequência: as receitas das cidades têm diminuído drasticamente em consequência da redução da actividade imobiliária. O regime contranatura de financiamento municipal volta-se contra si mesmo e mais uma vez demonstra que tem de ser alterado. Deram-se somente alguns pequenos passos para que se verifiquem algumas mudanças futuras, no do-

Foi coordenador do Programa Polis, presidente da Empresa Pública de Urbanização de Lisboa e hoje presidente do Conselho Europeu dos Urbanistas. João Teixeira colabora com o jornal *Arquitecturas* desde a edição n.º 3, com uma primeira entrevista, que repete neste número.

mínio da energia, ao nível da edificação. Nos próximos cinco anos dever-se-ão inverter as tendências de depressão. Uma cidade activa na resolução dos problemas dos cidadãos, mobilizadora do emprego, da segurança, do investimento, do desenvolvimento sustentável, da criatividade, da qualidade de vida, da eficácia e eficiência energética, da preparação para as tendências demográficas, da inclusão, da coesão, da participação directa dos cidadãos. Em Portugal para além destes desígnios deverá ser criado um grande programa de Regeneração Urbana. Os municípios deverão ser incentivados a instituir sistemas de planeamento.

Como não posso ultrapassar muito os 1000 caracteres, algumas palavras-chave: sistema de planeamento pró-activo; sustentabilidade; cidade e região; visão, objectivos, estratégia, medidas e projectos; integração de políticas sectoriais e estratégicas; estratégias de longo, médio e curto prazo; competitividade e coesão; regeneração urbana integrada; cidade compacta; combate à disseminação; uso misto; estímulo às actividades económicas, ao emprego e à inovação; combate à “guetização”; desenvolvimento inclusivo; zonas verdes para a cidade e a região; transportes sustentáveis; combate e prevenção da poluição; monitorização e indicadores; periferias urbanas dinâmicas.

aniversário
jornal arquitecturas
**O que mudou e deverá
mudar nas cidades**
pág. 6

5
anos